

LIMITES DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO: ENTRE O DIAGNÓSTICO E O MITO DO DESENVOLVIMENTO DE FURTADO (SESSÃO TEMÁTICA 3: ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS)

Hugo Feitosa Gonçalves

UFPI | hugo.goncalves@ufpi.edu.br

Francisco do O 'de Lima Júnior

URCA | lima.junior@urca.br

Sessão Temática 3: Estado, Planejamento e Políticas Públicas

Resumo: O presente texto propõe uma retomada do processo de industrialização brasileiro até os anos 1990, enfatizando os movimentos que envolvem a denominada “Questão Regional” e o Nordeste neste processo, através de disposições colocadas pelo diagnóstico desta questão e subsequente ação da SUDENE, vis à vis os elementos de constrições suscitados pela obra “O Mito do Desenvolvimento Econômico”. Para tanto o artigo discute as intenções do diagnóstico presentes na proposição original do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), passando pelas diversas etapas da SUDENE desde sua constituição até seu esvaziamento com a emergência do neoliberalismo no Brasil, dando destaque a questões como a heterogeneidade que suas ações promoveram, seus limites estruturais de “excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico” conforme aponta “O Mito...”.

Palavras-chave: Nordeste; GTDN; SUDENE; Furtado; O Mito do Desenvolvimento Econômico.

THE NORTHEAST IN THE BRAZILIAN INDUSTRIALIZATION PROCESS: BETWEEN THE DIAGNOSIS AND THE MYTH OF FURTADO

Abstract: *His text proposes a resumption of the Brazilian industrialization process until the 1990s, emphasizing the movements that involve the so-called 'Regional Issue' and the Northeast in this process, through provisions posed by the diagnosis of this issue and subsequent action of SUDENE, vis to the elements of constrictions raised by the work 'The Myth of Economic Development'. To this end, the article discusses the intentions of the diagnosis present in the original proposal of the Working Group for the Development of the Northeast (GTDN), passing through the various stages of SUDENE from its constitution to its emptying with the emergence of neoliberalism in Brazil, highlighting issues such as the heterogeneity that its actions promoted, its structural limits of 'excluding the mass of the population from the benefits of accumulation and technical progress' as pointed out by 'O Myth...'*

Keywords: *Northeast; GTDN; SUDENE; Furtado; The Myth of Economic Development.*

EL NORDESTE EN EL PROCESO DE INDUSTRIALIZACIÓN BRASILEÑO: ENTRE EL DIAGNÓSTICO Y EL MITO DE FURTADO

Resumen: *El presente texto propone una reanudación del proceso de industrialización brasileña hasta la década de 1990, enfatizando los movimientos que involucran la llamada "Cuestión Regional" y el Nordeste en este proceso, a través de disposiciones planteadas por el diagnóstico de esta cuestión y la posterior acción de SUDENE, a través de los elementos de constricciones suscitados por la obra "El Mito del Desarrollo Económico". Para ello, el artículo discute las intenciones del diagnóstico presentes en la propuesta original del Grupo de Trabajo para el Desarrollo del Nordeste (GTDN), pasando por las diversas etapas de SUDENE desde su constitución hasta su vaciado con la emergencia del neoliberalismo en Brasil, destacando cuestiones como la heterogeneidad que sus acciones promovieron, sus límites estructurales de "excluir a la masa de la población de los beneficios de la acumulación y del progreso técnico" como señala "El Mito...".*

Palabras clave: *Nordeste; GTDN; SUDENE; Furtado; El Mito del Desarrollo Económico.*

INTRODUÇÃO: O NORDESTE ENTRE O DIAGNÓSTICO DO GTDN E A FANTASIA DESFEITA EM O MITO

Considerando que não se consegue chegar a uma interpretação das questões socioeconômicas do Nordeste brasileiro próximo do real concreto sem percebermos essa região inserida nas relações de produção no Brasil, assim como esse no cenário internacional da divisão do trabalho e apropriação da renda, esse ensaio foi influenciado por um exame contemporizado do “Documento do Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)”, “Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Para o Nordeste” (Brasil, 1959), de “O Mito do Desenvolvimento Econômico” (Furtado, 1996), além da obra de Francisco de Oliveira (1977), “Elegia Para Uma Re(li)gião”. Estas obras fazem uma interpretação da região acerca da crise econômico-social, o diagnóstico do GTDN e a fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), movimentos inseridos na economia política brasileira entre os anos de 1950, 1960 e 1970, em uma pretensão de ampliar essa interpretação do ponto de vista histórico.

Tendo como estímulo construir uma concepção sobre o papel da Região Nordeste dentro do processo de industrialização brasileiro, as continuidades e rupturas socioeconômicas, partindo da perspectiva da economia política cepalina, segundo Furtado, e considerando também contribuições da interpretação de Oliveira (1977), tomamos como objetivo produzir uma releitura das questões estruturais que condicionaram a dinâmica econômica e a questão social do Nordeste entre os anos para além do diagnóstico do GTDN e criação da SUDENE nos anos 1950 - período de eclosão da “Questão Nordeste” - e o esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações brasileiro entre finais dos anos 1970 e anos 1980, quando consolidam-se as bases econômicas-políticas para a instauração do neoliberalismo como ideário do Estado brasileiro.

UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA DE “O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO”

Em “Uma Política Nacional de Desenvolvimento Para o Nordeste”, conhecido como “Documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)” (Brasil, 1959), creditado sua produção a Celso Furtado, propõe-se elaborar um diagnóstico estrutural do Nordeste brasileiro, agravado por um cenário de grande seca na região, considerando as relações de produção, de comércio e de distribuição da renda social regional, compreendendo-as a partir da lógica de uma economia aberta, ou seja, um diagnóstico da economia política no Nordeste, em defesa de um projeto de industrialização com uma integração regional, formando uma burguesia regional autônoma.

Como ressalta Bielschowsky (2004), a partir da desilusão do pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) com a industrialização dos países periféricos a partir de finais dos anos 1950 sem a transformação estrutural das condições de reprodução da vida das massas populacionais desses países, a centralidade do pensamento cepalino

entre os anos 1950 e 1970 migra da industrialização dos países periféricos para os problemas econômico-sociais resultantes do processo de industrialização desses, sem descartar a importância do primeiro objeto.

Assim também sintetiza-se as mudanças de centralidade nos objetos iniciais de Furtado ao produzir o "Documento do GTDN", face ao momento posterior quando traz as reflexões na obra "O Mito ...". O contexto de transformação na abordagem segue a dialética de sucessões perpassado o processo de industrialização acelerada no Brasil a partir da transferência de bases industriais obsoletas dos países centrais na segunda metade da década de 1950, o primeiro ciclo [tomando a categoria de Serra (1982), a crise sequencial dos anos 1960, a primeira década de governos militares e do segundo ciclo, "por fim algo passou, [...] a rocha não é a mesma e é a mesma", como imputa-se no poema de Pablo Neruda.

Em "O Mito do Desenvolvimento Econômico", Furtado (1996) [1974] defende a tese de que o desenvolvimento produtivo e de consumo dos países centrais, devido à própria estrutura de desenvolvimento do capital nos países subdesenvolvidos, à exploração da grande massa de trabalhadores e dos chamados "recursos naturais", comandada pelas grandes empresas de matrizes nos países centrais, não pode ser alcançado em nível universal por todos os países.

Apesar de Furtado (1996) centrar esforços nas relações entre as nações, sua tese reforça que o subdesenvolvimento não é homogêneo entre toda a sociedade dos países subdesenvolvidos. Dadas as condições marginais de auxílio aos processos de produção das grandes empresas subsidiárias nas periferias, alguma fração do capital local seria mobilizada para essa função, formando uma minoria privilegiada e reforçando a heterogeneidade econômica e especial na periferia.

Furtado (1996) insere na discussão duas novas questões. A primeira de caráter extremamente inovador para a época, a emergente discussão sobre as consequências sócio-ambientais do uso predatório dos recursos naturais dos países periféricos como consequência do próprio desenvolvimento industrial, especialmente nos países centrais a partir das relações comerciais. Tal preocupação assumiu protagonismo com a emergência da qualificação de sustentável ao termo desenvolvimento, marcante dos anos 1990 em diante.

A segunda trata do caráter que tomou a industrialização dos países periféricos. Furtado (1996) afirma que esse processo é realizado como miniaturas de sistemas industriais, em que nesses países foram instalados uma série de subsidiárias de empresas do centro que reforça o padrão de consumo daquelas sociedades de mais elevados níveis de renda, transferindo tecnologia e equipamentos já amortizados, mobilizando o capital local como suporte e utilizando força de trabalho barata, para produzir e exportar para os centros. A partir da facilitação do acesso ao mercado financeiro internacional, os oligopólios multinacionais, em função da acumulação, diversificaram seus investimentos, formando conglomerados internacionais.

Na periferia, a industrialização reforçaria a heterogeneidade entre uma minoria de privilegiados, condicionados pelo papel auxiliar das burguesias locais às subsidiárias internacionais, e a maioria excluída do processo produtivo dessas e do padrão de consumo do centro. Derivado desse processo, teriam emergidos conflitos entre a burocracia estatal periférica e dos países centrais, esses exercendo pressões através das instituições e acordos internacionais.

Neste sentido há uma relativa aproximação entre o pensamento furtadiano e as contribuições dos teóricos da dependência ao compreender a categoria “dependência” dos países subdesenvolvidos também como o controle das atividades econômicas fundamentais a partir dos centros de decisões externos a esses países, creditando um maior poder aos burocratas dos países industrializados através das instituições internacionais.

O NORDESTE: HETEROGENEIDADE E DEPENDÊNCIA NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO - NOTAS PREAMBULARES

Furtado (1998), em “O Mito do Desenvolvimento Econômico”¹¹, relata que a linha que separa os países desenvolvidos dos não desenvolvidos tendeu a acentuar-se no processo de desenvolvimento do sistema capitalista. Os sistemas de produção dos chamados países periféricos modelaram-se de acordo com as necessidades apresentadas pelos países centrais, inclusive de reorganização da divisão social do trabalho, tendo um papel complementar do sistema econômico mundial, a partir da absorção das bases industriais já amortizadas do centro, mantendo a heterogeneidade produtiva e do consumo ao nível internacional e nacional.

A heterogeneidade produtiva está presente na própria evolução do pensamento econômico clássico: Ricardo *apud* Hunt (1989), a partir da interpretação abstrata dedutiva, desconsiderando o processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas, defende a permanência dessa heterogeneidade produtiva na relação entre os países de produtividades desiguais, apresentando o princípio das “vantagens comparativas”, defendendo que cada país deve produzir aquele produto que menos gera custo de produção interna, sendo os países que têm mais dificuldade de produzirem algo a um menor custo do que outro tendo que se adaptar e produzir aquele produto que tenha espaço no mercado internacional e que gere um menor custo de produção internamente. Assim, o livre mercado transferiria o benefício do desenvolvimento da produtividade dos países manufatureiros para os países de produção primária através do dispositivo de preços no mercado concorrencial.

Para os liberais que defendem essa concepção, o Brasil com sua vasta área de terras cultiváveis e mão de obra abundante, deveria percorrer, e percorreu até o primeiro terço do século XX, as vias de menores resistências, alocando-se no mercado internacional como ofertante de bens primários (principalmente produtos agrícolas para a cesta de reprodução

da força de trabalho dos centros), não alocando excedentes na produção dependente de novas tecnologias, setor já dirigido pelos países centrais da dinâmica econômica mundial.

Essa concepção liberal poderia aumentar a satisfação dos países inseridos no comércio internacional a partir do mecanismo de preços, condicionado diretamente em sentido inverso ao aumento da produtividade, se a trajetória histórica do capitalismo dos últimos séculos não houvesse apresentado um resultado diferente daquele promulgado por Ricardo: uma variação diferenciada nos preços, a partir da elasticidade relação demanda/renda, e dos custos de produção (a partir da produtividades dos setores) e comercialização entre os produtos dos países centrais e periféricos conforme preconizou os estudos originais de Prebisch (2011). Entre a segunda parte do século XIX e a primeira do século XX, os preços dos produtos dependentes de tecnologia subiram mais do que os produtos primários, gerando um desconforto econômico cada vez maior nos países produtores de bens primários, caso do Brasil em específico, e América Latina em geral (Bielschowsky, 2004; Cardoso, 2018).

Os autores da CEPAL, liderados por Raúl Prebisch, percebem, entre finais dos anos 1940 e início dos anos 1950 – período qual o capital internacional, agora liderado pelos Estados Unidos pós Segunda Guerra Mundial, volta-se para sua reprodução a partir da reconstrução dos mercados europeus e do Japão, estando a América Latina fora desse radar –, que esse processo de transferências da renda dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos através das trocas comerciais desiguais, forjou a relação centro-periferia.

O que essa discussão contribui para a compreensão do papel do Nordeste no processo de industrialização brasileiro?

Essa relação entre os países produtores de bens dependentes de avanço técnico e os que dependem de matéria prima e mão de obra abundante, a relação dual centro–periferia, apesar de suas particularidades, também pôde ser percebida em âmbito interregional, especificamente até meados dos anos 1960, período que abarca a criação da SUDENE e o Golpe de 1964. No Brasil, a Região Nordeste ocupa o espaço do subdesenvolvimento, sendo designada pela dinâmica de reprodução do capital como região produtora de bens primários, depois absorvedora das bases industriais amortizadas do Centro-Sul, passando a ofertar, de forma não autônoma, bens industriais complementares da produção da região dinâmica.

Outro elemento importante na formação socioeconômica recente do território brasileiro, e mais intensamente do Nordeste, é a relação entre Estado e capital destacada por Fiori (2001). Indo de encontro à concepção do pensamento neoclássico, o autor defende que as ações do Estado em geral seguiram na mesma direção setorial e territorial da expansão do capital, sendo favorecedor das necessidades do capital, mas não sendo a reciprocidade verdadeira, ao menos no território brasileiro. Assim, as regiões mais dinâmicas são retroalimentadas a partir dos recursos públicos.

Neste processo, até o início do século XX, as articulações comerciais inter-regionais eram menores do que as dessas com o exterior do país. Portanto, nesse período não se tinha o

debate sobre integração e de desenvolvimento nacional (Araújo, 2001), apesar de, desde a segunda metade do século XIX, ter emergido o processo de “articulação comercial” inter-regional no Brasil que ganha força a partir dos anos 1930, com o processo de industrialização voltada para o mercado interno, como percebe Guimarães Neto (1997) e que Furtado (1997) conceitua de “deslocamento do centro dinâmico” da economia brasileira.

Para Araújo (2001, p. 72), é na primeira parte do século XX que o Brasil passa gradativamente do posto de país primário-exportador para um país de “base industrial importante” comandado pela dinâmica do mercado interno. É nesse momento de articulação comercial brasileira, conseqüentemente de reconhecimento de “nação” – de necessidade de expansão do capital, esse concentrado no Centro-Sul, dentro do território brasileiro para acelerar a reprodução da taxa de lucro –, que se percebe enfaticamente as diferenças socioeconômicas inter-regionais, passando a emergir as “questões regionais” brasileiras.

A ECLOSÃO DA “QUESTÃO REGIONAL” DO NORDESTE NOS ANOS 1950

Para Cano (2001), até meados dos anos de 1950, a questão regional do Nordeste brasileiro era contemplada por ações voltadas basicamente para combater a seca a partir do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Como ressalta Oliveira (1977), o DNOCS, de atuação majoritária e controlado pela oligarquia agrária do Nordeste, era voltado para a reprodução do capital dos latifundiários da Região, especialmente do semiárido, detentores do poder econômico e político até então, através de construções de barragens dentro das grandes propriedades, de estradas para ligar essas aos centros comerciais, além de, em segundo plano, estudos ecológicos. Somado a esses fatores, o uso dos recursos das políticas para apropriação privada a partir de fraudes, realimentando as relações de produção e apropriação típica de uma acumulação aos moldes primitivos no semiárido nordestino.

No período prévio à eclosão da questão regional do Nordeste, não eram apenas as secas que causavam a depreciação das condições de vida da massa populacional nordestina. A Região, em que o setor externo agroexportador já se encontrava estagnado devido à concorrência internacional e ao atraso na especialização da produção, sofria com o aumento da concorrência da sua produção internamente com a expansão da oferta dos produtos do Centro-Sul no mercado interno; que havia se beneficiado da reforma tributária do Governo Vargas em 1935 ao derrubar as tarifas de comércio inter-regional, invadindo regiões antes mercado da produção nordestina, penetrando também no mercado do Nordeste, quebrando a estrutura manufatureira dessa última região (Oliveira, 1977; Guimarães Neto, 1997).

Na Zona da Mata, os pequenos proprietários de terras estavam sendo forçados pela conjuntura a venderem suas terras e migrarem para as periferias das cidades, ou a trabalharem para os latifundiários (Araújo, 2001; Cano, 2001), além das diversas formas de relações de produção e apropriação do produto entre latifundiários e produtores diretos de

caráter pré-capitalistas, onde ascendem movimentos organizados de reivindicações pelas terras em que eram produtores diretos, as “Ligas Camponesas” (Oliveira, 1977), em meio a uma conjuntura internacional de revoluções comunistas, como as revoluções chinesa em finais da década de 1940 e cubana no final da década de 1950.

Nos anos de 1951 e 1952, foram divulgadas as contas nacionais e regionais do Brasil, apresentando as disparidades econômicas inter-regionais. De acordo com os dados, entre os anos de 1919 e 1949 o produto industrial do Centro-Sul, comandado por São Paulo, cresceu quase 50% a mais do que o resto do País (Araújo, 2001).

O desequilíbrio entre as regiões na formação do produto brasileiro estava em tendência de acentuação, impulsionado pela política industrial de substituição de importações tendo como centro dinâmico a indústria sudestina, e vem a agravar-se a partir investimentos do Plano de Metas do Governo Kubitschek (1956-1960) – em infraestrutura e na indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital – concentrados na região mais dinâmica, desencadeando pressões sociais e políticas de outras regiões do Brasil, tendo início no Nordeste, requerendo uma maior atenção do Governo Federal (Araújo, 2001; Cano, 2001).

No final da década de 1950, quando, com o crescimento das pressões sociais e políticas no Nordeste, agravadas por uma grande seca, o Presidente Juscelino Kubitschek convocou, entre outros, Celso Furtado, vindo do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), para discutir a questão posta na Região.

Furtado, liderando o GTDN, expôs que a política de industrialização vigente na época era favorecedora das desigualdades regionais, pois as indústrias e os incentivos do Estado concentravam-se no Centro-Sul. Ainda afirmou que a seca não era a única causa das dificuldades socioeconômicas nordestinas e que a política hídrica implantada no semiárido, em vez de minimizar as questões socioeconômicas da população local, servia para expandir a pecuária dos grandes latifúndios, atividade dominante na sub-região no período, sem alcançar a produção familiar que constituía a maior parte da população regional. Tal diagnóstico foi central no Documento do GTDN (Brasil, 1959). Essa análise desagradava o núcleo político mais importante do Nordeste que era beneficiado pela política hídrica do DNOCS (Araújo, 2001; Cano, 2001).

Em “Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste”, conhecido como o “Documento do GTDN” (1959), a partir do diagnósticos que percebe, além da escassez de terras aráveis e a inadequações de chuvas, a extrema concentração da renda na região, principalmente na economia açucareira, e o duplo fluxo de capitais, onde as exportações do Nordeste serviam para cobrir a transferência de renda dessa região para o Centro-Sul a partir das relações de trocas desiguais interregional, enquanto o Governo Federal atuava no Nordeste no sentido inverso a partir de políticas assistencialistas, sem alteração das estruturas produtivas. Já no Centro-Sul, o Governo atuava em função do aumento da produtividade, ampliando as disparidades interregionais (Brasil, 1959).

O Documento ressaltou ainda que em finais dos anos de 1950, o Nordeste: i) tinha menos de um terço da renda per capita do Centro-Sul, agravado por uma maior concentração da renda na primeira; ii) tinha como principais produtos da pauta de exportação, bens primários, como açúcar, algodão, fumo, cacau, couros e peles; iii) no semiárido, como base produtiva formou-se um complexo pecuário extensivo, a cultura do algodão e uma agricultura de baixo rendimento (Brasil, 1959).

Assim, o Documento do GTDN (Brasil, 1959) indica como diretriz para o Nordeste o abandono da velha política hídrica de combate à seca e o desmonte da estrutura fundiária; centrando o plano de ação no desenvolvimento industrial da Zona da Mata/Litoral, na transformação agrícola da faixa úmida em função de atender a demanda dos fatores de produção e reprodução do trabalho nas áreas em processo de industrialização, na transformação progressiva do semiárido por intermédio do aumento da produtividade e convívio com a seca, em função de não pressionar o contingente de oferta de mão de obra nos setores urbanos, além do deslocamento da fronteira agrícola para as áreas úmidas do Maranhão em função do fornecimento dos insumos de produção para os setores urbanos e absorção parte da mão de obra que deixava o semiárido.

A partir do estruturalismo dual do pensamento da CEPAL dos anos 1950 - antes do fenômeno da transferência das bases produtivas amortizadas dos países industrializados para a periferia, que antecede esse movimento interregional no Brasil -, o Documento do GTDN propõe uma saída a partir da formação de uma burguesia regional autônoma, de um capitalismo regional integrado, desconsiderando o caráter orgânico de associação entre as frações dominantes do Nordeste, o capital local, e o capital em expansão alocado no Centro-Sul, o que acarretou no exaurimento do modelo de desenvolvimento da SUDENE em seus anos iniciais – como destacam Almeida e Araújo (2008).

Após a exposição do estudo realizado por Furtado e outros, foi determinado em janeiro de 1959 o lançamento de Operação Nordeste. O então Presidente da República do Brasil decretou a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e em abril do mesmo ano mandou para o Congresso o projeto de lei que criaria a SUDENE (Cano, 2001).

O PLANEJAMENTO REGIONAL PARA O NORDESTE: A EXPANSÃO DO CAPITAL NO BRASIL E A REDEFINIÇÃO DA DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO

Oliveira (1977) percebe o planejamento como uma forma técnica de divisão do trabalho que no modo de produção capitalista é comandado pelos detentores do capital, com o capital improdutivo ordenando o capital produtivo, uma mudança essencial na forma do conflito pelo produto social, com a inserção de novas formas de relação entre o capital e as classes trabalhadoras.

A partir dessa concepção, podemos considerar o planejamento regional como uma forma técnica de divisão regional do trabalho comandado pelo capital dominante, em função da transformação estrutural das relações de produção, que, nesse espaço-tempo (meados do século XX), exercido pela grande burguesia industrial presente no Sudeste. Assim, o planejamento de desenvolvimento produtivo do Nordeste não se expressa na materialidade como promotor de setores produtivos autônomos próximos da fronteira tecnológica, qual permanece com o capital nacionalmente dominante, mas dos setores complementares a esse.

O documento produzido por Furtado e outros, que propôs a política de desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste, não foi assinado pelo autor, tendo sido atribuído os créditos da pesquisa ao GTDN, pois o Grupo era composto por membros considerados conservadores, portanto, seria mais fácil ser aceito pelas classe dominantes da Região, fração que constituía a representatividade do Nordeste no Congresso brasileiro. Assim, foi aprovada pelo Congresso em 1959 a criação da SUDENE como instituição coordenadora do Plano de Ação descrito no Documento do GTDN, sendo Furtado nomeado seu Superintendente, apesar das pressões da bancada nordestina do Congresso Federal, encabeçada pelos latifundiários, contra a nomeação (Cano, 2001).

Com a proposta inicial da SUDENE voltada para enfatizar a produção regional, principalmente da indústria, contrária às políticas tradicionais assistencialistas de sobrevivência às secas no semiárido; a aprovação só foi conseguida graças ao apoio da burguesia industrial de fora da Região, em especial a burguesia do Centro-Sul, a fração mais beneficiada pela atuação da SUDENE (Oliveira, 1977). O autor destaca que a SUDENE é o resultado da exacerbação dos conflitos de classes do período em função da expansão da hegemonia da burguesia do Centro-Sul.

Para Cano (2001, p. 112), Furtado tentou no período criar, de forma projetada, “relações capitalistas de produção no campo, numa economia mais eficiente e internamente integrada”, o que, de acordo com o autor, não se concretizou, salvo o projeto de industrialização, apesar desse não ter alcançado seus objetivos sociais.

Araújo (2001) relata que um dos objetivos centrais de Furtado com a industrialização do Nordeste seria formar uma indústria comandada por atores locais, voltada para satisfazer a demanda no mercado nordestino e assim instaurar uma burguesia industrial no Nordeste que pudesse confrontar-se com as oligarquias agrárias – objetivo contraditório à materialização das políticas da SUDENE, como percepção de Oliveira (1977).

Nos anos de 1960 ocorreu uma migração do capital industrial de outras regiões, principalmente do Sudeste, para o Nordeste devido aos incentivos (infra)estruturais e fiscais, mudando assim o fluxo do capital alocado no território brasileiro, mas prejudicando ainda mais as indústrias nativas da região nordestina, salve os industriais do Ceará que financiaram o processo de industrialização do Estado, fortalecendo-se e conseguindo se sobreporem à

oligarquia estadual, realizando relativamente nessa parte do Nordeste o que foi proposto por Furtado (Araújo, 2001).

Estará então, formando no âmbito inter-regional a instalação das subsidiárias na periferia regional de grandes empresas de capital já amortizado, reproduzindo a heterogeneidade inter-regional e ampliando a heterogeneidade intra-regional.

A SUDENE torna-se contraditória na relação objetivo-resultado em relação à questão da autonomia da burguesia local, que tornou-se ainda mais dependente a partir de um novo padrão de dependência, agora a dinâmica regional do Nordeste sendo condicionada pelo capital que se expandia do Sudeste, atuando o capital local como complementar a esse.

Como o processo de desenvolvimento da indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital no Brasil nos anos de 1950 expressa uma redefinição da divisão internacional do trabalho, a fundação da SUDENE, o seu reordenamento pelos militares, condicionando a exploração dos setores complementares e a migração de capital do Sudeste para o Nordeste marca uma redefinição da divisão regional do trabalho no Brasil sob comando da burguesia industrial do Sudeste.

Almeida e Araújo, (2004), indicam que a SUDENE, paradoxalmente, beneficiou a consumação da dependência econômica do Nordeste em relação à burguesia industrial do Sudeste do Brasil. O Nordeste passa, a partir desse momento, a assumir um novo papel na dinâmica econômica nacional, o de alocador do excedente e complementar da acumulação capitalista da grande burguesia industrial alocada no Sudeste.

Porém, não foi só para o Nordeste que ocorreu o processo de desconcentração industrial graças às ações de incentivos fornecidas pelo Governo Federal da época. Além disso, esse capital que veio para o Nordeste foi seletivo tanto espacialmente como setorialmente, alocando-se das áreas e setores mais dinâmicos (Araújo, 2001).

A partir da SUDENE, a atividade econômica urbana comandada pela indústria, passa a dinamizar a produção nordestina, rompendo com o processo de estagnação econômica, comandada pelos setores rurais antes predominantes na Região (Araújo, 2000). Mas, a indústria moderna implantada nessa área comandada por atores externos, em maior parte a burguesia industrial de São Paulo, não se voltou para o mercado nordestino, ou seja, não estava em função de atender a demanda da massa da classe trabalhadora local, não solucionou a questão da falta de emprego e também não promoveu a desconcentração da renda (Cano, 2001).

O PAPEL DA SUDENE DOS MILITARES NO PROCESSO DE DEPENDÊNCIA E DA MANUTENÇÃO DA HETEROGENEIDADE NO NORDESTE

Com o Golpe Militar em 1964, a proposta de desenvolvimento regional do GTDN foi arquivada junto com as propostas de concessões estruturais à classe trabalhadora do Governo Goulart. Oliveira (1977) destaca que o Golpe de 1964 marca o avanço da burguesia monopolista no conflito de classes no Brasil, e Lima Júnior (2014) aponta para o completo esvaziamento da SUDENE enquanto instrumento de planejamento para o desenvolvimento regional.

Furtado (1996) suscita que a ideia de desenvolvimento econômico expressada a partir do aumento da produção industrial, imitando de forma minimizada os centros dinâmicos, como objetivo das nações seria componente do mito, cuja funcionalidade desviava atenções das tarefas básicas dos governos, como identificar as necessidades fundamentais da coletividade, das possibilidades do avanço da ciência, para concentrar em objetivos abstratos para a massa da classe trabalhadora, como investimento, exportações e crescimento.

Nesse período, a proposta de reforma agrária foi arquivada, a questão fundiária permaneceu praticamente inalterada, o salário-mínimo real (acusado de ser o centro do processo inflacionário, atacado tanto pela ótica da demanda quanto dos custos de produção) sofreu um corte já nos primeiros atos do Governo Castelo Branco (1964-1968) que não se recupera por todo o período do regime militar (1964-1985) (Gremaud *et al*, 2002; Hermann, 2021; Rego e Marques, 2013; Resende, 1990; Tavares, M., 1978).

A proposta de acelerar o crescimento econômico a qualquer custo foi defendida pelo então Ministro dos governos militares e principal idealizador da política brasileira da época do chamado “milagre econômico brasileiro” (1969-1973), o Ministro da Fazenda (1967-73) e do Planejamento (1979-85), Delfim Netto, que fundamentou o crescimento econômico brasileiro, de uma média mais de 10% ao ano, acompanhado de um aumento na concentração da renda, a partir da parábola do bolo, afirmando que a economia precisava primeiro crescer para depois a renda ser dividida. Na época, o Brasil tornava-se a oitava base industrial do mundo à custa de uma grande desigualdade social intra e inter-regional (Araújo, 2000).

Essa mudança nos rumos da política brasileira beneficiou certos grupos nordestinos – principalmente as oligarquias agrárias, ou seja, fortaleceu as relações de produção arcaicas na Região, principalmente no semiárido, sob as mãos dos setores dominantes locais –, dificultando o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste – considerando a questão estrutural da grande concentração de terras e a miséria nas áreas rurais nordestinas, de maior proporção em relação às outras regiões do Brasil (Araújo, 2000; Cano, 2001), que apenas sofre uma leve inflexão nas rearticulações do Governo Geisel (1973-1979) com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (Carneiro, 1990; Ferreira, 2021; Gremaud *et al*, 2002).

No geral, as reestruturações políticas-institucionais realizadas pelos militares, no primeiro momento, acarretou em uma diminuição dos incentivos fiscais e do crédito antes voltados

para o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas da economia brasileira, as regiões Norte e Nordeste (Cano, 2001). Os recursos públicos seguiram a lógica do capital, silenciando as questões socioeconômicas regionais, voltando, assim como foi na maior parte da história do Brasil até então, a serem alocados nas áreas e setores mais dinâmicos.

Os militares determinaram fortemente mudanças nas diretrizes da SUDENE. Com isso, “trataram de tirar a relativa autonomia e legitimidade que havia sido imputada à Superintendência por ocasião de sua criação e transferiram investimentos para outras atividades econômicas e para outras regiões do País” (Almeida e Araújo, 2004, p. 105).

O NOVO PAPEL DO NORDESTE NA DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO E O II PND: A FANTASIA REGIONAL DESFEITA

A partir da segunda metade dos anos 1960, a SUDENE voltou-se centralmente ao financiamento da exploração dos recursos minerais do Nordeste, além de dirigir recursos para a ampliação da infraestrutura regional – basicamente, transporte e energia elétrica –, aumentando a atratividade dessa para o capital vindo de fora da Região.ⁱⁱ Nesse período, incentivos fiscais como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), investimento de empresas estatais, caso da Petrobras no Estado da Bahia e da Vale do Rio Doce no Estado do Maranhão – no II PND –, créditos de bancos públicos de desenvolvimento e capitais privados locais, nacionais e multinacionais, impulsionaram o crescimento econômico do Nordeste principalmente na década de 1970. Este processo não foi acompanhado de um desenvolvimento social nas mesmas proporções (Araújo, 2000), mantendo o caráter estrutural da não relação direta entre produção e consumo local das regiões subdesenvolvidas.ⁱⁱⁱ

O novo parque industrial nordestino, que contou com o apoio de incentivos públicos para a sua instalação neste momento, aumentou a integração econômica dessa região com outras, sobretudo com o Sudeste (Araújo, 2000).

Ainda na década de 1970, por meio dos investimentos estatais para explorar aquelas bases de recursos naturais da região, o Governo Federal, conseqüentemente, promoveu uma leve desconcentração industrial alocando investimentos em formação bruta de capital fixo nessa região periférica, expandindo a estrutura produtiva e a produtividade regional, objetivando aumentar a contribuição nordestina na complementação da estrutura de produção industrial instalada no Sudeste (Costa, 2012).

Esse pequeno processo de desconcentração não se fez a partir de um projeto de desenvolvimento regional autônomo, mas sim inserido dentro da lógica de reprodução do capital industrial hegemônico, tanto de raízes no Sudeste, quanto dos monopólios industriais internacionais que passam a adentrar fortemente os seus capitais fixos em meados da década de 1950 sem encontrar barreiras nos governos brasileiros até os dias correntes, portanto, não voltados para atender as demandas locais, não interessado em um consumo e

em um desenvolvimento produtivo regional homogêneo e não comprometido com a preservação ambiental.

Em um momento de inflexão; ao passo que os militares tiraram e realocaram os recursos de financiamento para o desenvolvimento econômico do Norte e Nordeste, enfraquecendo e mudando os rumos da SUDAM e da SUDENE no primeiro momento dos anos de 1960; nos anos de 1970, o processo de disparidades interregionais é relativamente invertido, aumentando o crescimento econômico dessas regiões, concentrado em sub-regiões e setores específicos, a partir dos investimentos realizados pela política industrial do II PND capitaneada por empresas estatais, como a Telebras e a Petrobras, entre elas estavam algumas com bases de exploração de recursos não renováveis localizadas no Nordeste (Cano, 2001). Nestes segmentos, uma distinção é descrita em "O Mito...", quando Furtado (1996) destaca a autonomia das burocracias estatais da periferia sobre os setores de energias não renováveis, um dos poucos setores que os conglomerados internacionais ainda não tinham penetrados na periferia.

Essa política do Governo Geisel de investimento público, sintetizada no II PND, com a intenção exposta de prosseguir com o programa de substituição das importações, manteve relativamente a dinâmica econômica brasileira, incluindo o Nordeste ao avançar o seu processo de industrialização, enfatizando os pólos de desenvolvimento econômico e mantendo o dinamismo da produção brasileira em um quadro de crise econômica mundial (Araújo, 2000; Castro e Souza, 1985; Tavares, 2011), face a crise do modelo fordista de reprodução do capital dos países industrializados (Filgueiras, 2007), condicionado pelas incertezas a partir do aumento dos déficits comerciais dos Estados Unidos em função da expansão do mercado e das bases produtivas das grandes empresas nacionais no pós segunda guerra mundial.

Devido à ampla disponibilidade dos chamados recursos naturais na Região Nordeste, os investimentos públicos e privados tenderam para os setores de produção energética e extrativa, como foi o caso da ampliação da base produtiva petroquímica estatal que possui instalações no Estado da Bahia. Essa e outras grandes empresas do setor energético foram privilegiadas pelos incentivos do II PND (Almeida e Araújo, 2004).

Segundo Furtado (1984), os recursos financeiros do Governo Federal para o Nordeste no período foram, em grande parte, alocados em investimentos produtivamente não eficientes, destinados a complementar a estrutura industrial presente no Sudeste e no Sul, que tinha a predominância na produção de bens de consumo duráveis, além de adequar o mercado regional à oferta da região central do país.

Os atores dominantes da economia brasileira promoveram a indústria no Nordeste a fim de prolongar o desenvolvimento da indústria do Sudeste, ignorando, de certa forma, a cultura de produção da Região. Explica-se, assim, a baixa rentabilidade do capital investido no Nordeste, pois "a nova dependência reside exatamente na subordinação à lógica de uma industrialização que abarca o conjunto do país e é comandada do Centro-Sul" (Furtado, 1984,

p. 14), mantendo o Nordeste na posição de subdesenvolvimento, a região arcaica, no processo de desenvolvimento do capital da região moderna.

Guimarães Neto (1997) apontou dois pontos imprescindíveis para compreender o processo de crescimento econômico nordestino nesse segundo período dos governos militares. O primeiro foi a seletividade do capital empreendido, alocado apenas nas áreas e segmentos mais dinâmicos. O segundo foi a industrialização tardia do Nordeste em relação ao Sudeste, colocando a primeira região como apenas uma alternativa para ocupação dos espaços econômicos permitidos pelo capital industrial do Sudeste.

Esse processo de redirecionamento dos recursos públicos durante os governos militares tiveram como resultado um crescimento econômico nordestino abaixo da média do Brasil entre os anos de 1960 e 1975. Após o primeiro choque do petróleo em meados dos anos de 1970, enquanto a atividade econômica desacelerou em relação ao período do chamado “milagre econômico”, porém mantendo uma taxa de crescimento por volta de 7% ao ano – em um processo de desenvolvimento em marcha forçada, indo contra a conjuntura econômica internacional recessiva (Castro e Souza, 1985) –, com a política de desconcentração regional dos investimentos públicos em capital fixo do II PND, o PIB do Nordeste passou a crescer em um nível acima da média nacional.

A MANUTENÇÃO DA HETEROGENEIDADE INTRA-REGIONAL NO NORDESTE NA FASE FINAL DA INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES BRASILEIRA

Como relata Tavares (2011), nos anos da SUDENE sob os militares, os investimentos públicos, basicamente industriais, foram distribuídos na Região, mas as três capitais mais dinâmicas economicamente foram favorecidas com a maior parte dos recursos desde o início (Salvador, Recife e Fortaleza). Portanto, também no âmbito intra-regional, as políticas dos militares contribuíram para aumentar a concentração da renda e a desigualdade social.

Como menciona Pacheco *apud* Araújo (2000), esse pequeno processo de desconcentração espacial na alocação do capital público - dos anos 1970 - não beneficiou todas as regiões do Nordeste. Na verdade, os novos capitais foram investidos nos setores e áreas mais promissores, as chamadas “ilhas de prosperidade”, contribuindo para o aumento da heterogeneidade socioeconômica inter e intra-regional.

Junto a esse processo de desconcentração da indústria, e conseqüentemente da economia, surge a tendência de ampliação das desigualdades socioeconômicas intra-regionais. Mantiveram-se as estruturas tradicionais na zona rural nas áreas de agricultura considerada não competitiva e ampliou-se a exclusão social no território brasileiro, particularmente na Região Nordeste (Guimarães Neto e Brandão, 2009).

Assim, algumas áreas nordestinas de dinamismo econômico foram formadas ou fortalecidas em coexistência com espaços de estagnação produtiva, essas últimas, mantendo o nível de abstração territorial, ocupavam o espaço a posição periférica na divisão intra-regional do

trabalho no Nordeste, fornecendo insumos de produção, de reprodução da força de trabalho e a própria força de trabalho com o processo de migração intra-regional.

UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO CONSERVADOR: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GOVERNOS MILITARES

Cano (2001) ressalta que a perspectiva regional não desaparece por completo nos governos militares, pois foram instituídos programas direcionados regionalmente, como o Programa de Redistribuição de Terras, o Programa de Integração Nacional, o Programa de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, entre outros. Mas esses programas teriam contribuído ainda mais para a concentração das terras, assim como o novo Imposto de Territorial Rural. Ademais, como aponta Lima Júnior (2024), tais programas teriam quase as mesmas fontes de financiamento concebidas para os investimentos regionais ainda nas fases iniciais da SUDENE.

Com a orientação dos militares em também alocar recursos federais para a expansão do setor agrário na Região Nordeste, além dos setores de energia não renovável e outros insumos de produção, as estruturas tradicionais desses setores foram colocadas como “papel de freio sobre as mudanças desejadas pelo planejamento da SUDENE de Celso Furtado” (Amaral Filho, 2010, p. 60).

No cenário econômico brasileiro, a idealização do regime em tornar o Brasil um país central na dinâmica econômica mundial - a qualquer custo social, ambiental e sem planejamento - teve de ser abandonada devido à crise da dívida externa nos anos de 1980, conseqüentemente, pela crise fiscal do Estado a partir do direcionamento dos recursos desse para remunerar o capital financeiro internacional, além da conseqüente crise inflacionária, exaurindo, durante a primeira metade da década de 1980, os investimentos regionalmente desconcentrados. Porém, os principais investimentos em capital fixo foram mantidos e maturados até 1985, contribuindo com a extensão do período de dinâmica econômica brasileira, em especial nordestina, junto à retomada da dinâmica internacional em meados da década (Cano, 2001; Castro e Souza, 1985).

Baseada em dados fornecidos pelo IBGE, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), Araújo (2000) mostra que no total da formação do capital fixo, que inclui os investimentos da administração pública e das empresas do Governo Federal, percebeu-se que o Nordeste como região recebedora de recursos passou de 13% no ano de 1970 para 17% em 1985.

Furtado (1984, p. 6) relata que, entre os anos de 1960 e 1970, o desenvolvimento das condições de vida não correspondeu à dinâmica econômica da Região, caracterizando esse processo verificado no Nordeste de “mau-desenvolvimento”. A melhoria na infraestrutura regional, basicamente nos setores de energia e transporte, em áreas específicas, não refletiu no melhoramento substancial da qualidade de vida da maior parte da população, principalmente se tratando dos trabalhadores rurais.

Enfim, o regime militar (1964-1985) focou seus esforços a partir dos recursos públicos, inclusive das estatais, para a reprodução do grande capital industrial alocado no Brasil, acarretando na concentração ainda maior do produto social brasileiro e aumentando a heterogeneidade social. Porém, o processo de concentração regional do produto brasileiro passa por uma reversão a partir do Governo Geisel e do II PND, reestruturando a divisão regional do trabalho no Brasil, passando o Nordeste a ser um ofertante fontes energéticas não renováveis e insumos de produção para a reprodução do capital industrial do Sudeste, absorvendo bases produtivas amortizadas vindas dessa última região, a partir dos benefícios estatais. Ressaltando que esse redirecionamento se caracteriza por um processo de desconcentração concentrador intra-regionalmente, as “ilhas de prosperidade”.

O projeto desenvolvimentista brasileiro, como em toda América Latina, foi extremamente conservador dos interesses da grande burguesia, autoritário e, conseqüentemente, antissocial. Veiga (2010) e Sachs (2008) recorrem à contribuição de Amartya Sen (2010), contestando a máxima apresentada por Delfim Netto para caracterizar os planos dos militares, em especial do chamado “milagre econômico” brasileiro, enfatizando que a ideia do bolo a ser repartido não pode ser aceita pela sociedade, porque além de não se realizar na prática, ainda fere os princípios éticos. Para o autor, neste mundo de grandes desigualdades, não se pode esperar que os ricos tornem-se ainda mais ricos para que depois os pobres fiquem um pouco menos pobres.

A tese de Furtado (1996) ressalta que as estruturas de produção dos países subdesenvolvidos (obsolescência das bases produtivas, o comando externo da dinâmica interna a partir dos interesses das subsidiárias, o papel complementar das burguesias locais, a produção das empresas internacionais, os níveis salariais dados pelos preços de mercado da força de trabalho, e a depredação dos recursos naturais) impedem que esse bolo sacie as necessidades e demandas das massas de trabalhadores em nível amplo nos países periféricos. Além de que a universalização do padrão de consumo dos países centrais levaria a uma depreciação ambiental que acarretaria em um colapso civilizatório.

Ressaltamos que atualmente, já segunda década do século XXI, agora de forma alarmante, a expansão do consumo e da exploração das fontes não renováveis, mesmo sem a universalização desses, provocaram uma depredação ambiental acelerada e irreversível aos padrões de produção e de consumo vigentes e, como ressaltou Furtado (1996), esse processo não foi solucionado pelo progresso tecnológico, que, na verdade, contribuiu para agravá-lo.

A REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA E O EXAURIMENTO DO DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS NOTAS

A década de 1980 é marcada pela crise da dívida externa brasileira^{iv}, assim como de outros países da periferia do capitalismo, que desaguou numa crise de balanço de pagamentos, no aumento do patamar do processo de inflação incontrolado pelas políticas ortodoxas na

primeira metade da década e mistas na segunda metade, e a crise fiscal do Estado, estabelecendo o fim da industrialização por substituição de importações, da hegemonia dos industriais alocadas inicialmente no Sudeste sobre o Estado brasileiro, além do estancamento das políticas de desenvolvimento econômico no Brasil, e assim da desconcentração regional dos investimentos em capital fixo públicos e privados.

A chamada redemocratização do Estado brasileiro, na segunda metade da década de 1980 e, anos depois, a nova Constituição Federal do Brasil (CF88), veio neste período de crise macro conjuntural brasileira, de diminuição do ritmo de crescimento econômico, processo de inflação acelerado, crise no balanço de pagamentos e exaurindo do financiamento das políticas de desenvolvimento econômico (Almeida e Araújo, 2004).

Com as medidas implantadas decorrentes da CF88, a chamada de “Constituição Cidadã”, pelo seu caráter ideal de inclusão social das populações mais vulneráveis e de descentralização político-administrativa, somada ao início das atividades produtivas ainda provocadas pelos investimentos do II PND no Nordeste, além do esgotamento do processo de substituição de importações concentrado no Sudeste, é possível admitir a hipótese de que foram esses os elementos dinamizadores da economia regional nordestina para além da média brasileira nos anos de 1980. Porém, esgota-se aí o processo de desenvolvimento econômico regional.

Nos anos de 1990, com o fim do processo de desenvolvimento das forças produtivas induzidas pelo Estado brasileiro, houve uma forte migração do capital público e privado para as regiões mais dinâmicas, especialmente para o Sudeste, revertendo o quadro de desconcentração espacial e setorial da indústria. O ideário neoliberal passa a dominar a agenda política brasileira e a indústria volta a reconcentrar-se nas áreas mais lucrativas, ampliando a guerra fiscal entre os estados para atrair os investimentos privados. A partir daí, as políticas de integração nacional são arquivadas pelo novo modelo de econômico e social, e o capital seguiu a lógica de reprodução, realocando-se nas regiões e áreas mais adaptadas para a acumulação capitalista (Costa, 2012).

De tal forma, “sem direção e coordenação, entregue aos mercados as principais decisões estratégicas, o país viverá experiência de crescente falta de sustentação de sua trajetória de crescimento”. A articulação do espaço brasileiro almejada há décadas – pelos desenvolvimentistas nacionalistas – sofre um retrocesso ainda maior e a homogeneização socioeconômica entre as regiões encontraram-se na época ainda mais distante (Guimarães Neto e Brandão, 2009, p. 23).

O CENÁRIO NO NORDESTE NAS ETAPAS FINAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Em relação aos dados macroeconômicos gerais, entre as décadas de 1960 e 1980, a Região Nordeste apresentou o melhor desempenho em relação à média do PIB do país. Entre 1970 e 1987, a participação da Região na formação do PIB passou de 12,6% para 15,8%. O PIB per

capita passou de 45,8% para 54,4% da média brasileira, mantendo-se ainda com cerca de metade da renda média nacional. Os pesos da indústria e da produção terciária seguiram a mesma tendência de crescimento na formação do produto regional. Apenas o setor agropecuário regional, seguindo a tendência geral do setor no Brasil, diminuiu sua produção relativa, prendendo espaço em relação à dinâmica setorial nacional, principalmente para o Centro-Oeste (Araújo, 2000).

Entre os anos de 1974 e 1980 – entre o primeiro e o segundo choque do petróleo, e com a política de desenvolvimento produtivo regionalmente desconcentrada financiada pelos “petrodólares” –, o crescimento econômico brasileiro perdeu força, porém manteve-se crescendo em níveis satisfatórios em ritmo maior do que no cenário internacional, enquanto no Nordeste - dada a desconcentração dos investimentos do II PND -, esse processo acelerou para além da média brasileira (Araújo, 2000).

Entre os anos de 1975 e 1990, o país aumentou suas exportações por volta de 200% e o Nordeste acompanhou essa trajetória a um passo mais lento, aumentando em 100% no período (Araújo, 2000). Castro e Souza (1985) destaca a maturação dos projetos produção de insumos e energia regionalmente desconcentrados como elemento fundamental para essa dinâmica.

Mesmo com o aumento na participação no PIB nacional entre os anos 1970 e 1980, todos os estados da região Nordeste em 1985 possuíam entre um quarto e metade do PIB *per capita* brasileiro, exceto os mais próximos do Sudeste, Bahia e Sergipe, que possuíam entre metade e nove décimos da média nacional. Em 1998, esses últimos estados também estão no grupo que possuíam até metade do PIB *per capita* nacional (Silva e Medina, 1999).

A industrialização nordestina e o aumento na participação no PIB brasileiro no período também não foram suficientes para romper com as estruturas da desigualdade da renda interregional. Em 1991, o Nordeste ainda era a região com maior desigualdade de renda (medido pelo índice de Gini).

Voltando-nos para o cenário intra-regional, cabe destaque ao Estado da Bahia, pois esse acompanhou a mesma variação relativa dos números nacionais, aumentando sua participação no produto exportado pela Região. No ano de 1975, sua economia formava cerca de um terço das exportações nordestinas. Em 1990 esse valor passou a ser a metade do produto exportado pela Região (Araújo, 2000), caracterizando o processo concentrador intra-regional da desconcentração inter-regional dos recursos do II PND.

Em relação à dinâmica econômica intra-regional, de acordo com os dados da SUDENE, no ano de 1980 só a economia baiana movimentava cerca de 40% do PIB regional. Entre os anos de 1970 e 1992, a dinâmica econômica dos estados da Região Nordeste foi descompassada. Os maiores crescimentos relativos foram alcançados pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão, as menores variações foram apresentadas pelos estados da Paraíba e Pernambuco (Araújo, 2000).

Em relação ao PIB per capita, Bahia e Pernambuco apresentaram as menores variações relativas no período. Porém, a Bahia passou de 3,8% para 5,2% na participação na formação do PIB brasileiro entre os anos de 1970 e 1985. Esse desempenho positivo só não foi verificado nos estados da Paraíba, Alagoas e Pernambuco, para os anos 1970 e 1992 (Araújo, 2000).

Assim, só podemos afirmar que o processo de desconcentração da dinâmica econômica, liderada pelo Estado brasileiro, foi localmente concentrador, se concentrando no estado nordestino de maior produtividade, o Estado da Bahia.

Em resumo, sobre a variação do dinamismo econômico no Nordeste em relação ao Brasil, Araújo, (2000) faz um levantamento entre as décadas de 1960 e 1980. Os números mostram que após o início das ações voltadas para o planejamento regional iniciadas pela SUDENE, além dos projetos do II PND nos anos de 1970, o PIB nordestino apresentou um desempenho próximo à média do Brasil, exceto entre 1967-1973, período do chamado “milagre econômico” brasileiro, quando a média do crescimento do produto no Brasil foi de 11,1%, enquanto a produção nordestina cresceu 6,9%.^v

Comparando as taxas de crescimento entre as décadas ocupadas majoritariamente pela ditadura militar:

- i) os anos entre 1960 e 1966 comportam o Governo Goulart e parte do primeiro governo militar da segunda parte do século XX no Brasil. A nossa hipótese é que a média do crescimento do Nordeste maior que a média brasileira nesse período foi fundamentalmente condicionada pelo aumento real dos salário mínimo no Governo Goulart, ao passo que os dois/três anos iniciais dos militares são marcados pelo início do arroxo salarial e reconcentração regional dos investimentos;
- ii) em toda a década de 1960, período da chamada crise dos governos populistas e dos primeiros anos do regime militar, que diminuiu o valor real do salário mínimo e se esvaziou a prioridade às questões regionais, o PIB brasileiro cresceu em média 6,1%, enquanto o PIB do Nordeste alcançou à média de 6%, ou seja, os números do Nordeste a partir dos militares puxaram a média nacional para baixo;
- iii) na década de 1970, período composto em maior parte pelo início dos investimentos em capital fixo desconcentrados regionalmente a partir das políticas do II PND, as médias nacional e nordestina apresentou o mesmo crescimento de 8,7 pontos percentuais;
- iv) no período marcado pela recessão econômica brasileira e instabilidade macroeconômica, porém de maturação dos investimentos do II PND, os anos de 1980, mostrou o menor crescimento tanto para a economia brasileira quando para a do Nordeste, mas o efeito desacelerador da economia brasileira afetou em menor proporção os dados da produção nordestina que cresceu em média 4%, tendo o produto do Brasil crescido menos de 2%.

Impulsionado principalmente pelos incentivos públicos no segundo momento acima descrito, entre 1967 e 1989 a estrutura produtiva do Nordeste sofreu uma variação, em que se alterou a contribuição dos setores na formação do PIB regional. Nos anos extremos do período referido, a agropecuária diminuiu sua participação de 27,4% para 18,9%, caindo ainda mais seu percentual em 1990 quando ocorreu uma forte estiagem que afetou a produção do semiárido, atingindo apenas 12,1% no PIB regional (Araújo, 2000).

Diferentemente da agropecuária, a indústria cresceu sua participação de 22,6% para 29,3% e o setor de serviços passou de 49,9% para 58,6% – setor agregado da dinâmica da indústria até a abertura comercial dos anos 1990 –, de acordo com os dados oferecidos pela SUDENE para o período de 1967 a 1989 (Araújo, 2000), caracterizando o aumento da produtividade dos setores urbanos em relação aos rurais, tendo entre seus elementos as ações da SUDENE e do II PND.

Porém, como mostra Oliveira (1977), nesse período se exacerba o novo padrão de dependência da economia do Nordeste sob capital alocado no Sudeste, mantendo intra-regionalmente o caráter desigual do desenvolvimento do capital.

Apesar da dinâmica econômica nordestina apresentada nos dados anteriores, liderada pelos gastos públicos para atender ao mercado sudestino e atrair o capital privado extra-regional, uma das marcas mais importantes do Nordeste continuava sendo a privação humana, tanto em relação à renda, quanto aos outros fatores do chamado desenvolvimento social. Araújo (2000) utilizando dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) mostrou que ainda no ano de 1990, mais da metade dos indigentes brasileiros estavam no Nordeste, sendo que por volta de dois terços desses viviam na zona rural e quase 46% viviam no perímetro urbano.

Dado o aumento da produtividade no Nordeste, essa região, ao final dos anos de 1980, continuava sendo a periferia da dinâmica econômica brasileira, onde a produção regional não era voltada para atender a demanda local, e sim reproduzir a taxa de lucro da indústria sudestina, caráter da superexploração do trabalho^{vi}, a partir do preço de mercado concorrencial dos salários.

Sobre a questão social, pela escassez estrutural de emprego no Nordeste em relação ao grande número de trabalhadores habitando na Região na segunda parte do século XX, somada a um crescimento assíncrono com as particularidades da região, manteve-se o processo migratório em direção aos grandes centros urbanos, principalmente do Sudeste, que “comportam todo o estrato inferior de nordestino”, que passaram, na maior parte das vezes, a viverem em locais periféricos com precária proteção social (Furtado, 1981, p. 15), ampliando a oferta de força de trabalho, mantendo os baixos níveis salariais dos centros nacionais.

Assim, o Nordeste cumpriu o papel na nova divisão regional do trabalho no Brasil de, entre outros elementos já destacados aqui – como o de ofertante dos fatores de (re)produção do

capital –, barateamento do preço da força de trabalho em outras regiões principalmente no Sudeste, a partir da formação da força de trabalho excedente para a indústria e comércio dessa região, formando o então exército industrial de reserva, mantendo as disparidades na variação entre taxa de lucro e salário, e assim as desigualdades de renda.

A HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL E O NORDESTE: DOMINÂNCIA FINANCEIRA, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E O ARQUIVAMENTO DA QUESTÃO REGIONAL

O Estado, desenvolvimentista e promotor da dinâmica econômica brasileira perde gradualmente suas capacidade nos anos de 1990 – tendo como marco a crise da dívida externa, a crise inflacionária e a fuga de capitais, esses mutuamente interligados, na década anterior. Endividado, o Estado brasileiro passou a ser súdito e favorecedor da acumulação do capital – financeiro rentista-especulativo.

De acordo com a publicação de Costa (2012), entre outros, a década de 1990 foi marcada pela predominância das políticas neoliberais. O Estado brasileiro deixou de fomentar a estrutura desenvolvimentista econômica das regiões periféricas nacionais, abandonando a proposta de integração nacional, abrindo as fronteiras do mercado brasileiro, prejudicando as indústrias em formação dessas regiões, inclusive as do Nordeste, promovendo a aceleração do processo de concentração industrial brasileiro e início do processo de desindustrialização.

O Nordeste perde participação no PIB brasileiro entre 1985 e 1993, de 13,5% para 11,8% respectivamente, recuperando espaço a partir de 1994 até 1998, alcançando 12,6% nesse último ano, mas não retomando a participação de 1985 (Silva e Medina, 1999).

A agropecuária nordestina continua perdendo espaço na produção do PIB do setor para o Centro-Oeste e para o Norte (Silva e Medina, 1999) dado o avanço do cultivo da soja por essas últimas regiões, que alcançaria o sudoeste da Região Nordeste na década seguinte (Blanco, *et al*, 2021).

A indústria e os serviços do Nordeste também perdem espaço na economia brasileira entre meados os anos 1985 e 1993, de 12,1% para 9,4% da indústria, e de 13,6% para 12,9% dos serviços, tendo a curva da indústria uma inflexão a partir de 1994 até 1998, alcançando uma participação de 11,3%, enquanto os serviços, 12,7%, porém sem uma recuperação aos níveis de 1985. A dinâmica desses setores voltou a concentrar-se no Sudeste durante os anos 1990 (Silva e Medina, 1999).

O crescimento do PIB acima da média nacional das últimas décadas não proporcionaram um aumento relativo às demais regiões do país na renda da população nordestina, sendo agravado na inflexão neoliberal dos anos 1990. O PIB *per capita* de todos os estados do Nordeste não era mais que metade da média nacional em 1998 (Silva e Medina, 1999), e o Índice de Gini subiu de 0,6593 em 1991 para 0,6682 em 2000, continuando como a região de

maior desigualdade da renda no Brasil - tendência que se reverte durante os anos 2000 em todo o Brasil (Brasil, s.d.).

Entre 1997 e 2000, o Nordeste mantinha-se como exportador de *commodities* e bens de consumo não duráveis, na sequência: metais, gêneros alimentícios, produtos químicos, produtos de origem vegetal, artigos têxteis, papel, e plástico e borracha; enquanto a pauta de importações era composta em maior peso por (sequencialmente em relação à participação): produtos minerais (transformados) e máquinas, tendo o setor de transporte ganhado peso em finais da década. Durante os anos 1990, a balança comercial do Nordeste com o exterior foi deficitária e esteve em processo de ampliação do déficit a partir do final da década (SECEX *apud* Dataviva, s.d.).

No setor rural, houve um aumento da concentração fundiária e, de acordo com o Mapa da Fome, elaborado pelo IPEA (1993), a questão da miséria socioeconômica nordestina continuava relativamente inalterada, pois 54,57% dos indigentes no total, e dois terços dos indigentes rurais do Brasil ainda estavam no Nordeste, sendo o Estado da Bahia comportando 13,67%, Ceará, 9,58%, Pernambuco, 7,34%, e Maranhão, 7,27% dos indigentes brasileiros, estando apenas Minas Gerais entre esses estados, e São Paulo aparecendo só depois, mesmo comportando a maior parcela da população brasileira por Estado.

No setor rural os dados de indigência por estado são semelhantes, na sequência: Bahia, 16,16%, Ceará, 10,99%, Maranhão, 10,68%, então aparece Minas Gerais, 13,68%, Paraná e Pernambuco na sequência (IPEA, 1993); refletindo o caráter concentrador da dinâmica econômica nos estados de maior produção no Nordeste, podendo também ser ressaltados processo de migração excedente da mão de obra intra-regional das regiões mais atrasadas para esses estados mais dinâmicos, preocupação do Documento do GTDN ainda em finais dos anos 1950.

Apesar da miséria predominando nas áreas rurais nordestinas, a questão fundiária continuava arquivada pelos governantes, contribuindo para a permanência da calamidade social enraizada no campo. Na Zona da Mata, a concentração fundiária continuava crescendo e o cultivo da cana de açúcar ampliava sua predominância. As secas do semiárido agravavam a concentração das terras na sub-região devido à inviabilização dessas nesses períodos, forçando os pequenos produtores a venderem suas propriedades a baixos preços para os grandes latifundiários (Araújo, 2000); restando a esses pequenos produtores a escolha entre a pobreza do campo nordestino, somada à superexploração da força de trabalho, ou a migração para os periferias urbanas do Nordeste e nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões feitas na presente construção textual reforçam, em âmbito regional, a assertiva de "O Mito do Desenvolvimento Econômico" para o caso brasileiro de que são possíveis

avanços na industrialização promovendo modernização, sem o abandono das características do atraso (do subdesenvolvimento).

Conforme discutido, no período entre a explosão da “Questão Regional” e a hegemonia neoliberal no Brasil, auge do exaurimento do desenvolvimento industrial brasileiro, o Nordeste, devido a uma série de fatores – como o planejamento para desenvolver a produtividade regional, em função de complementar a produção sudestina, além de conter forças populares, de expandir espacialmente o capital da grande burguesia industrial dessa última região a partir exploração dos chamados recursos naturais, dentre outros –, sai do processo de estagnação econômica, passando a acompanhar relativamente o dinamismo nacional sem romper a heterogeneidade intra-regional, caracterizando uma reestruturação da divisão regional do trabalho, em que a produção em expansão não volta-se para atender a demanda da população local, mantendo o caráter da superexploração da força de trabalho na Região.

Compreendemos que o desenvolvimento econômico, a partir da perspectiva de produção industrial e sua produtividade, concentra-se na região (no Estado da Bahia) e nos setores mais dinâmicos, principalmente o setor extrativo. Assim, paradoxalmente, o desenvolvimentismo implantado no Nordeste, uma industrialização tardia de caráter complementar, a partir da coordenação da SUDENE e dos investimentos do II PND, segue a dinâmica do desenvolvimento do capital a partir da manutenção da heterogeneidade intra-regional, reproduzindo miniaturas de sistemas industriais sudestinos – como denuncia Furtado (1996) pela lente de observação entre as nações –, onde setores e áreas atrasados são complementares e fundamentais para manter a dinâmica dos setores e áreas relativamente modernas, a partir da exploração da força de trabalho e do meio ambiente.

Assim, como resultado fundamental da reprodução do capital na formação econômica-social do Brasil, um país subdesenvolvido e dependente, o desenvolvimento social dessa região não acompanhou a sua relativa evolução das bases produtivas na terceira metade do século XX, fase final do processo de industrialização brasileiro, sendo a pobreza, a falta de acesso aos serviços públicos – de reprodução da força de trabalho – e a concentração da renda, ainda nos anos 1990 eram as marcas mais representativas do Nordeste brasileiro, mantendo inter-regionalmente o caráter de heterogeneidade, subordinação e superexploração da força de trabalho e do “mundo físico”.

REFERÊNCIAS

Almeida, José Elesbão de; Araújo, José Bezerra de. Um Modelo Exaurido: A Experiência da SUDENE. Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo, v. 12, n. 23, p. 97-128, nov. 2004.

Araújo, Tânia Bacelar de. A “Questão Regional” e a “Questão Nordestina”. In: Tavares. Maria da Conceição. Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001. p. 71-92.

_____. Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

Blanco, Letícia de Souza; Carvalho, Felipe Teixeira; Santos, João Lucas A. dos; Pereira, Vitor Hugo M.; Deves, Beatriz Di S. Agronegócio e Suas Repercussões no Matopiba. Revista Okara: geografia em debate, n. 15, n. 2, p. 173-190, 2021.

Bielschowsky, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Brasil. Conselho de Desenvolvimento. Uma Política Nacional de Desenvolvimento Para o Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

Brasil. DATASUS. Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita - Brasil. s.d.

Cano, Wilson. Celso Furtado e a Questão Regional no Brasil. In: Tavares, Maria da Conceição. Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 93-120.

Cardoso, Fernanda. Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico. Jundiaí-SP: Paco, 2018.

Carneiro, Dionísio D. Crise e Herança. In: Abreu, Marcelo Paiva (org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Castro, Antônio Barros; Souza, Francisco Eduardo Pires. A Economia em Marcha Forçada. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Costa, J. M. Concentração e Desconcentração Industrial, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/noticias/artigos/16-artigo/2626-artigo-concentracao-e-desconcentracao-industrial-no-brasil>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

Ferreira, Luciana da S. A Política Econômica do Governo Geisel. In: Araujo, Victor Leonardo de.; Mattos, Fernando Augusto Mansor de. (org.). **A Economia Brasileira**: de Getúlio a Dilma – novas interpretações. 1. ed. São Paulo-Hucitec, 2021.

Filgueiras, Luiz; Gonçalves, Reinaldo. Classes Sociais, Estado e Bloco no Poder. In: **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Cotraponto, 2007.

Fiori, J. L. A Propósito de Uma “Construção Interrompida”. In: Tavares. Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001. p. 33-58.

Furtado, Celso Monteiro. A Fantasia Organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Formação Econômica do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

_____. Uma Política Nacional Para o Desenvolvimento do Nordeste. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, v. 1,1, p. 12-12, dez. 1981.

_____. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; 1998.

_____. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. Revista de Economia Política, v. 4, n. 4, p. 5-14, jul./set. 1984.

Gremaud, Amaury Patrick; Vasconcellos, Marcos Antonio Sandoval de; Toneto Jr., Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste. Documento do GTDN: uma política nacional de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, out.-dez., 1997.

Guimarães Neto, Leonardo; Brandão, Carlos Antônio. A Formação Econômica do Brasil e a Questão Regional, 2009. Disponível em:

<<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper41.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

Guimarães Neto, Leonardo. Trajetória Econômica de Uma Região Periférica. Estudos Avançados, v. 11, n. 29, p. 37-54, 1997. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a03.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

Hermann, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento. In: Giambiagi, Fábio; Castro, Lavinia Barros; Villela, André Arruda; Hermann, Jennifer. Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2015). 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

Hunt, E. K. História do Pensamento Econômico. Trad. José R. B. Azevedo. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus: 1989.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Rio de Janeiro, 1993.

Lima Júnior, Francisco do O'. SUDENE e forças sociais nordestinas: papel institucional face ao novo marco regulatório de intervenção estatal e de desenvolvimento nos anos 2000. Fortaleza/CE: RDS Editora, 2014.

Marini, Rui Mauro. Dialética da Dependência. Trad. Marcelo Carcanholo. S. D. [1972].

Oliveira, Francisco de. Elegia Para Uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Prebisch, Raúl. O Manifesto Latino-Americano: e outros ensaios. Tradução: Vera Ribeiro; Lisa Stuart e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

Rego, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Economia Brasileira. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Resende, André L. Estabilização e Reforma. In: Abreu, Marcelo Paiva (org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Sachs, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Serra, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-Guerra. Revista de Economia Política. v. 2/2, n. 6, abr.-jun., 1982.

Silva, Antônio B. de O. e; Medina, Mérida Herasme. IPEA. Produto Interno Bruto Por Unidade da Federação - 1985-1998. s.d.

Tavares, H. M. Estratégias de Desenvolvimento Regional. Da Grande Indústria ao Arranjo Produtivo Local? Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 7, n. 1, p. 50-68, jan-abr/2011.

Tavares, Maria da C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaio sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Veiga, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XX. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

NOTAS

ⁱ Revisamos aqui duas edições de “O Mito do Desenvolvimento Econômico”.

ⁱⁱ Furtado (1996) ressalta o papel do Estado no plano interno em função de reforçar a posição das grandes empresas dentro de cada país - ampliamos aqui também para o âmbito regional: i) reconstruir a infraestrutura; ii) modernizar as instituições; iii) intensificar a capitalização; e iv) fornecer força de trabalho.

ⁱⁱⁱ É nesse cenário que Furtado está inserido ao produzir “O Mito ...”.

^{iv} Resultado, no curto prazo, do segundo choque do petróleo, pressionando a balança comercial, devido a dependência perante a importação de derivados de petróleo da economia brasileira no período, e a balança de serviços, devido ao crescimento autônomo da dívida externa contraída a partir de juros flutuantes de acordo com o as taxas de juros dos países centrais, além do estancamento do fluxo de capital financeiro para os países endividados da periferia, durante a maior parte da década de 1980. No médio e longo prazo, condicionado pelo processo de dependência; o endividamento da economia brasileira (pública e privada) não resultou em uma transformação da estrutura produtiva interna que condicionasse o país a ter autonomia na produção de produtos tecnológicos e na formação de excedente que condicionasse um setor financeiro autônomo.

^v Ver Tabela “Taxa de Crescimento do PIB no Brasil e no Nordeste (1960-1989)” em Araújo (2000, p. 162).

^{vi} “Superexploração do trabalho”, categoria do pensamento marxista latino-americano, desenvolvido por Marini (s.d.), como a exploração da força de trabalho sem o pagamento do valor da força de trabalho, ou seja, sem o pagamento do valor necessário para a reprodução desse fator de produção, devido às condições de transferência do excedente para os países dominantes, em função de garantir a taxa de lucro da burguesia local, que não pode ser equacionada a partir das próprias forças internas, condicionando a separação entre a esfera da produção e da

circulação, onde o consumo dos trabalhadores não interfere no processo produtivo, que se volta para o mercado externo.